



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

ACÓRDÃO Nº 76

Feito : Processo nº 280/90 - TCE-ACRE
Interessado : Tribunal de Contas do Estado do Acre (EX-OFFÍCIO)
Relator : Conselheiro ALCIDES DUTRA DE LIMA
Redistribuído: Conselheiro MARCILIANO REIS FLEMING
Assunto : Inspeção sobre a execução de Convênio firmado entre a Secretaria de Planejamento e Coordenação e a Secretaria da Fazenda.

TOMADA DE CONTAS. VERBA CONCEDIDA PELA UNIÃO AO ESTADO DO ACRE, SOB A RUBRICA "FUNDO PERDIDO", OBJETO DE CONVÊNIO EFETUADO PELA SECRETARIA DA FAZENDA À SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. OBRIGATORIEDADE DE REGISTRO CONTÁBIL E PRESTAÇÃO DE CONTAS AO TCU. PRAZO DECORRIDO. APLICAÇÃO DO RECURSO SEM DENOTAÇÃO DE IRREGULARIDADE. ARQUIVAMENTO DO PROCESSO, COM AS RECOMENDAÇÕES DE LEI.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Processo nº 280/90, acima indicado, **A C O R D A**, à unanimidade, o Tribunal de Contas do Estado do Acre, determinar o arquivamento do presente processo, divergente em parte o Conselheiro Isnard Bastos Barbosa Leite, que votou, também, pela remessa de cópia dos Pareceres de fls. 021, 022, 026 a 028, do relatório de fl. 32 e da decisão desta Corte, ao Tribunal de Contas da União, tudo nos termos do voto do Relator, parte integrante da decisão.-

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco-Acre, 16 de maio de 1991.-

Cons.  JOSE EUGENIO DE LEÃO BRAGA



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

ACÓRDÃO Nº 76
 Feito : Processo nº 280/90 - TCE-ACRE
 Interessado : Tribunal de Contas do Estado do Acre (EX-OFFÍCIO)
 Relator : Conselheiro ALBERTO DUTRA DE LIMA
 Redistribuído: Conselheiro MARCELIANO NETO FLEMING
 Assunto : Inspeção sobre a execução de Convênio firmado entre a Secretaria de Planejamento e Coordenação e a Secretaria da Fazenda.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Este documento foi publicado no

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO Nº 5.546

d 05 / 06 / 1991

Secretária do Plenário

Vistos, relatados e discutidos nesta sessão do
 Processo nº 280/90, acima indicado, A C O R D A M O S, a unanimidade,
 de, o Tribunal de Contas do Estado do Acre, deliberar o acórdão
 quívamento do presente processo, divergente em parte do
 selheiro Iahard Bastos Barbosa Leite, que votou, também, pela
 remessa de cópia dos Pareceres de fls. 021, 022, 023 e 024, ao
 relatório de fl. 32 e da decisão desta Corte do Tribunal de
 Contas da União, tudo nos termos do voto do Relator, para in-
 tegrante da decisão.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Acre.

do do Acre.

Rio Branco-Acre, 18 de maio de 1991.

Cons. JOSÉ EUGÊNIO DE LIMA BRAGA




TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE



Cons. MARCILIANO REIS FLEMING

Relator



Dr. FERNANDO DE OLIVEIRA CONDE

Procurador-Chefe do Ministério Público Especial



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSO Nº 280/90

R E L A T Ó R I O

O Senhor Conselheiro Marciliano Reis Fleming, Relator, por redistribuição: " Refere-se o presente processo à inspeção determinada pelo CI/GP/01/90, datado de 17/10/90, do ex-Presidente deste Tribunal de Contas, Conselheiro Alcides Dutra de Lima, autorizada pelo Plenário, em Sessão Ordinária de 18/01/90, objetivando a verificação do Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado de Planejamento do Acre (SEPLAN) e a Secretaria de Estado da Fazenda, também deste Estado, relativo ao repasse de verba que esta última recebeu, no valor de Ncr\$ 70.000,00 (SETENTA MIL CRUZADOS NOVOS), para custear as despesas de reequipamento físico do sistema de arrecadação da Fazenda Estadual.

Foi incumbido da tomada de contas o Técnico Cláudio de Holanda Castro, o qual apresentou os relatórios de fls. 11 e 17, tendo se pronunciado, ainda, o Auditor José da Fonseca Araújo, que emitiu o parecer de fls. 21/22. O primeiro, após tecer algumas considerações, concluiu pela legalidade do enquadramento das despesas. O segundo, apontou alguns defeitos de fundo formal, referentes ao preenchimento de empenhos e outras lacunas pertinentes aos contratos.

O Procurador-Chefe do Ministério Público Especial, ao manifestar-se às fls. 26/28, concluiu o seu parecer opinando pelo "arquivamento do processo".

Os autos vieram-me por redistribuição, em face da arguição de impedimento oferecida pelo MPE e aceita pelo relator originário, Conselheiro Alcides Dutra de Lima (fls. 26, in fine e 30, respectivamente).

É o relatório."



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

V O T O

O Senhor Conselheiro Marciliano Reis Fleming, Relator, por redistribuição: "O processo sub julgamento, consoante visto no relato, é oriundo da inspeção determinada pelo CI/GP/01/90, de 17.10.90, do então Presidente desta Corte, Conselheiro Alcides Dutra de Lima, aprovada pelo Plenário, em Sessão Ordinária de 18.10.90, para proceder a tomada de contas relativa a verba de NCz\$ 70.000,00 (SETENTA MIL CRUZADOS NOVOS), repassada pela Secretaria de Planejamento do Acre (SEPLAN) à Secretaria da Fazenda, também deste Estado.

Trata-se, como se vê, de recurso concedido pela União, sob a rubrica "Fundo Perdido", portanto verba de natureza especial, cujo valor não foi incorporado ao Orçamento Geral do Estado nem à dotação orçamentária da Secretaria de Planejamento (SEPLAN), isto é, não foi devidamente contabilizada, conforme se infere dos autos.

Com efeito, entendo que os recursos concedidos pela União Federal ao Estado devem ser objeto de prestação de contas ao Tribunal de Contas da União e não a esta Corte, como ocorre. Porém, vale salientar, como bem argumentou o Representante do Ministério Público Especial (MPE), que, por parte da aludida instituição, id est, o Tribunal de Contas da União, não houve nenhuma reclamação nesse sentido, no tempo oportuno, dando a entender que essa providência já foi tomada e/ou superada pelo transcurso do prazo. Pois pelo que emerge dos autos, a verba foi recebida há mais de dois anos, ou seja, antes do dia 13 de fevereiro de 1989, data da celebração do Convênio (fls. 02/03).

Ora, como é por demais sabido, a obrigação de prestar contas é anual, conforme preceitos constitucionais, e da norma específica (Art. 71, I e II



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

da C.F. e Art. 61, I da Constituição do Estado do Acre c/c o Art. 82 e § 1º, da Lei 4.320/64.

Por outro lado, é de bom alvitre que esta Corte de Contas faça observar e recomende o cumprimento das normas contidas nos artigos 71/72 e 93, todos de precitada Lei 4.320/64, especialmente ao disposto na última figura Art. 93), cujo preceito estabelece, in verbis:

"Todas as operações que resultem débitos e créditos de natureza financeira, não compreendidas na execução orçamentária, serão também objeto de registro, individualização e controle contábil".

Na verdade como bem visto em diversos julgados deste Tribunal, provenientes de processos originários de Tomadas de Contas, há uma praxe viciosa, e quase geral, adotada pelos administradores e ordenadores da despesa pública, no que pertine ao não registro suplementar dos recursos concedidos pela União ao Estado, especificando os consignados sob a rubrica "Fundo Perdido". E isso não é correto.

Ante o exposto, e incorporando ao meu voto o judicioso parecer do Representante do Ministério Público Especial, pelos seus legítimos fundamentos, e com as recomendações expressas em lei, sou pelo arquivamento do processo.

É assim que voto."

D E C I S Ã O

Conforme consta da papeleta de julgamento de fl. 36, a decisão é a seguinte:

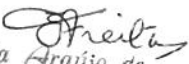
"Decidiu-se pelo arquivamento do feito. Unânime, vencido, parcialmente, o Conselheiro Isnard Bastos Barbosa Leite que votou, também, pela remessa de



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

de fl. 32, e desta decisão ao Tribunal de Contas da União - TCU".

Presidiu a sessão o Conselheiro José Eugenio de Leão Braga. Participaram do julgamento, além do Relator, os Conselheiros Hélio Saraiva de Freitas, Isnard Bastos Barbosa Leite, José Augusto Araújo de Faria e Valmir Gomes Ribeiro. Ausente, o Conselheiro Alcides Dutra de Lima, justificadamente. Presente o Procurador-Chefe do Ministério Público Especial, o Des. Fernando de Oliveira Conde.-


Eilda Araújo de Almeida
Secretária do Plenário